



## **A DIREITA TAMBÉM TEM UMA AGENDA PARA O TRABALHO: IR ALÉM DA TROIKA.**

**O Governo PSD-CDS saído das últimas eleições tem mostrado, desde a sua tomada de posse, uma nova e diferente postura.**

Onde antes havia reservas, onde se vislumbravam intenções, onde se apontava sempre o horizonte de uma próxima legislatura, onde se viam os cuidados de quem se sabia a prazo, vemos hoje uma nova confiança.

Uma confiança que, respaldada provavelmente pela sensação de que lhes basta, ou melhor, chega um aliado não assumido e pouco confiável, torna os futuros em presente, permitindo um ansiado ajuste de contas há muito adiado.

Não restem dúvidas. Um dos alvos será sempre o mundo do trabalho.

Estão na mira os trabalhadores, vistos como um custo para as empresas, uma vez que, pela sua inércia e incapacidade, travam a produtividade e a competitividade.

Estão na mira os sindicatos, que atrapalham empregadores ao querer sindicalizar nos locais de trabalho e que querem uma negociação coletiva que consiga equilibrar realmente as forças e reforçar direitos e condições de trabalho.

Os últimos governos da direita conseguiam esconder mal a sua visão ideológica para o mundo do trabalho.

Quem não se lembra do “ir para além da Troika”?

Mas aí, escudados por um pedido de ajuda externo que nos colocava em estado de necessidade, por um desemprego elevado e uma economia em dificuldades, a sua mensagem foi passando.

Só que agora o legado dos anos de governação socialista são uma economia a crescer, contas públicas equilibradas, emprego em máximos de sempre e o desemprego mais baixo de que há memória.

Então, se o mercado funciona, como diria a direita, porque quer este Governo mexer de novo na legislação laboral?

A resposta é simples e é óbvia. Ideologia. Pura e simples.

A anterior versão tímida do Governo PSD-CDS instituiu grupos de trabalho para avaliar os resultados da ainda recente Agenda do Trabalho Digno, um dos marcos legislativos mais significativos para as relações laborais em Portugal.

O atual Governo “fanfarrão” passa por cima das avaliações, das recomendações e dos tempos necessários a que a legislação produza efeitos, sobretudo na negociação coletiva, e avança decidida e infundadamente para o ajuste de contas com as evoluções e progressos introduzidos pelos governos socialistas.

A revisão da legislação laboral é a nova prioridade e a concertação social é o palco onde se pretende jogar uma reforma que não deixa pedra sobre pedra nos seus mais de 100 artigos a alterar, numa discussão que se prevê condicionada por um anteprojeto aprovado em Conselho de Ministros, reduzindo as margens negociais.

O anteprojeto é minucioso e olhou a fundo para o que foi feito desde que a direita saiu do poder.

Os consensos atingidos nos governos com o Ministro Vieira da Silva e as alterações recentes da Agenda do Trabalho Digno são refeitas, desfeitas e distorcidas uma a uma, num ataque a direitos individuais e coletivos.

A terminologia usada esconde as reais intenções.

Flexibilizar é modernizar. Combater a precariedade é tornar todos mais precários. Potenciar a negociação coletiva é torná-la tão ou mais precária que os trabalhadores.

Do alargamento dos contratos a termo à retirada da proibição de recurso ao outsourcing, da distorção do conceito de plataforma digital ao regresso do banco de horas individual, da redução das horas de formação à descriminalização do trabalho não declarado, das alterações aos despedimentos à retirada de poderes da ACT, a intenção é clara.

Liberalizar, individualizar, dar mais poder aos empregadores, tornar o trabalho mais barato.

Da retirada de capacidade dos sindicatos para entrar nas empresas à eliminação da possibilidade de avaliar se a denúncia de uma convenção coletiva é feita com ou sem reais fundamentos, da possibilidade de reduzir direitos negociados à fragilização do princípio do tratamento mais favorável, da caducidade que se pretende que volte a ocorrer só pelo decurso do tempo à alteração da lei da greve, a intenção não é menos clara.

Retirar poder e capacidade negocial e de contestação a quem representa os trabalhadores.

E, nessa senda, a estabilidade e a previsibilidade que as empresas tanto prezam e que a direita tanto enaltece são rapidamente esquecidas.

E são esquecidas precisamente naquilo que os próprios apregoam como essencial para “revolucionar” o trabalho no século XXI, quando todos sabemos que a legislação laboral está longe de ser o fator mais relevante para apaziguar os “deuses” da produtividade e da competitividade que, nos altares do governo PSD-CDS, estão sempre antes das condições de trabalho e da criação de bem-estar para quem vive do seu trabalho.

Sim, tal como o Partido Socialista, a direita tem uma agenda para o mundo do trabalho.

Mas o anteprojeto do trabalho revela que a agenda da direita é de retrocesso e desregulação. É um novo “ir além da Troika”. Sem Troika e sem desculpas.

Aguardamos para ver o que pode vir dos trabalhos em sede de concertação social.

Para tal, será necessário que este Governo mude de atitude, que faça um trabalho sério e que as palavras de abertura e ponderação da Ministra do Trabalho não sejam apenas isso mesmo.

Para tal, será necessário que as matérias que interessam aos trabalhadores, da redução da jornada de trabalho à continuação do trajeto de reposição e reforço de direitos nas férias e nos despedimentos, dos salários à habitação, também estejam em cima da mesa.

Para tal, será necessário que o Governo PSD-CDS assuma uma agenda em que o trabalho digno esteja no centro das suas prioridades.

## **TSS-UGT**

*Nota: Este texto integra uma rubrica regular da responsabilidade da Tendência Sindical Socialista - TSS/UGT e CSS/CGTP*